

HISTORIOGRAFIA ECONÔMICA, (ANTI)ECONOMICISMO E A OBRA MARXIANA: UMA CONEXÃO¹

Jhonatas L. Monteiro
Mestrando em História-UEFS/BA

Os tempos têm sido difíceis para a história econômica. Não, é evidente, porque a existência de “fenômenos econômicos” seja algo raro na história da humanidade. O problema parece residir menos nos processos históricos e mais nos sujeitos: alguns indicadores dos anos 1990 informam que, pelo menos entre os historiadores profissionais, minoritários são os que se definem enquanto pesquisadores de história econômica; bem como declinou o número de dissertações e teses nessa área, além de ser raros também os programas de pós-graduação especificamente definidos como de história econômica².

Embora tal avaliação deva ser relativizada pelo seu caráter datado, pela existência de uma forte tradição de economistas-historiadores e pela diluição de temas econômicos em outras áreas da produção historiográfica e disciplinas da análise social, é sintomático do quadro descrito que, por exemplo, o Simpósio Nacional de História-ANPUH do Brasil em 2007 não conte com nenhum *Seminário Temático*, entre os seus 76, especificamente voltado para a história econômica³. Essa “debandada” dos historiadores profissionais da historiografia econômica guarda correlação com o processo comumente denominado de “crise do marxismo”, pelo menos em sua última versão de fins de século XX. A análise dessa correlação implicaria considerar uma série de aspectos cuja análise excederia os limites deste texto, mas, ao menos, é importante pontuar para os fins do mesmo, que também foi sob a bandeira de crítica ao “reducionismo econômico marxista” que a história econômica perdeu espaço no conjunto da produção historiográfica contemporânea⁴.

Em contrapartida, o historiador marxista Josep Fontana, no final do capítulo dedicado à história econômica do seu livro *A História dos Homens*, indica como meio de “reabilitar” a história econômica a adoção de uma perspectiva teórico-metodológica que integre os aspectos propriamente econômicos no contexto social, político e cultural mais amplo⁵. Obviamente, se a

análise de fenômenos econômicos continua sendo um campo de investigação importante para marxistas, inclusive para os que são historiadores, equacionar criticamente a questão do *economicismo* assume centralidade. Aqui o termo “economicismo” é tratado não em seu sentido político imediato, mas enquanto *modalidade* de marxismo cuja noção de determinação econômica é fundada na perspectiva, explícita ou implícita, em que há um “lugar” na realidade social, a *base econômica*, que produz como seus *reflexos posteriores* todo o restante da vida social. Essa “base”, geralmente tomada em seu aspecto mais *evidente* de atividades de produção material, seria a “chave-mestra” do desenvolvimento histórico: as transformações históricas são resultantes, sempre, de transformações econômicas *prévias* (o que evidentemente tem também implicações políticas).

Como não poderia deixar de ser em se tratando de variantes da tradição marxista: economicistas advogam que há um determinismo dessa natureza em Karl Marx e Friedrich Engels⁶. Nesse debate, então, não basta rememorar as contribuições, por exemplo, de M. Bakhtin, A. Gramsci, G. Lukács e E. P. Thompson para ficar nos casos mais célebres, na medida em que fazer apenas isso pode encerrar um *a priori* perigoso: a idéia subjacente que o *não-economicismo* é resultante de reelaborações *a posteriori* do materialismo histórico em relação à obra marxiana. Portanto, visões como a de J. Stalin sobre esta *realmente* corresponderiam à compreensão da história de Marx e Engels. Daí porque o objetivo deste texto é apontar alguns *pontos de conexão* entre uma perspectiva como a de Fontana acerca das possibilidades contemporâneas para a história econômica e a obra de Marx e Engels. Tal esforço deve ser encarado mais como levantamento de problemas teóricos que necessitam de constante retomada por historiadores referenciados no materialismo histórico, em especial os interessados na análise de “fenômenos econômicos”; uma crítica à(s) variante(s) economicista(s) da tradição marxista; e, fundamentalmente, uma tentativa de crítica à crítica que esta mesma tradição é intrinsecamente economicista em sua perspectiva dos processos históricos desde a fundação do materialismo histórico por Marx e Engels.

Para dar prosseguimento ao objetivo acima exposto é necessário fazer a seguinte pergunta inicial: Marx era economicista de fato? Para uma resposta ilustrativa quanto a um certo “senso comum”, ainda em circulação, acerca da obra de Marx e Engels será tomado como interlocutor o anti-marxista Cornelius Castoriadis. Para ele a resposta é tão evidente quanto a pergunta: “[...]o conjunto da história da humanidade, por uma projeção retroativa do espírito do capitalismo, será

interpretado por ele [Marx] como o resultado da evolução das forças produtivas”⁷.

Nesse comentário sobre a obra marxiana é perceptível a referência subjacente, quase exclusiva, ao *Prefácio* de 1859. É forçoso reconhecer que de todas as “peças” da obra de Marx e Engels, é o *Prefácio de Contribuição à Crítica da Economia Política* a que mais se ajustou às “medidas” da(s) variante(s) economicista(s) da tradição marxista no século XIX e ao longo do século XX. É nele que é instituída por Marx a metáfora da *base/superestrutura* e a célebre definição que “ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela”⁸. Não é surpreendente, pois, que tais colocações possibilitaram (e continuam a possibilitar) uma leitura de “mão única” da relação entre as atividades econômicas e o conjunto das relações sociais.

Entretanto, apesar de Marx considerar fazer ali uma exposição do “resultado geral” dos seus estudos e Lenin comente que o *Prefácio* de 1859 contém “uma formulação completa das teses fundamentais do materialismo aplicada à sociedade humana e à sua história”⁹ é fundamental questionar se o *Prefácio, per si*, dá conta de expressar toda a teorização marxiana sobre a história. Nesse caso, o procedimento mais adequado para a análise da concepção de história expressa no *Prefácio* seria integrá-lo na historicidade do conjunto da obra marxiana e, a partir desse procedimento, estabelecer a conexão entre as formas de expressão ali contidas e seus significados teóricos menos evidentes. Nesse sentido, será feito aqui algo muito modesto: esboçar a persistência, na formulação marxiana *básica* do materialismo histórico, de uma visão complexa quanto à questão do “econômico”.

Obviamente, esta volta à obra de Marx e Engels, aqui, precisa de uma outra “porta de entrada” que não o *Prefácio* de 1859: então, será tomada uma indicada pela chamada “escola britânica” de historiadores marxistas, por sua notória posição de referência para a produção historiográfica contemporânea, fruto da já hoje célebre forma de integrar “aspectos culturais” na análise histórica.

Segundo Thompson, foi a familiaridade com uma série de cartas de Engels que serviu, desde cedo, a ele e também a Eric Hobsbawm, Christopher Hill, entre outros, como base para uma interpretação distinta do marxismo predominante à época¹⁰. Foi, mais uma vez no próprio Engels, que Thompson buscou a matriz de suas críticas à metáfora *base/superestrutura*.

Contudo, Thompson aponta que apesar das críticas de Engels à vulgarização anti-dialética do materialismo histórico, este apenas “nos seus últimos anos, procurava revisar o modelo

esquemático por cujo estabelecimento ele, mais do que Marx, foi responsável”¹¹. De fato, alguns autores têm afirmado que essa preocupação com, se assim se pode dizer, uma análise histórica não economicista foi “tardia” em ambos. No caso de Marx, a referência mais comum, inclusive para uma crítica antitética do seu próprio *Prefácio* de 1859, é a sua carta à redação do jornal russo *Otetschestwennyje Sapiski*, escrita em 1877. Já em relação a Engels, a inquietação como uma concepção de história “mais complexa” de processo histórico seria ainda mais *precisamente* tardia, de 1873 a 1895¹².

Seguindo esse raciocínio, então, de fato, os últimos anos da produção marxiana teriam se notabilizado por uma “revisão” da concepção “reducionista” que ambos tinham do processo histórico. A metáfora da base/superestrutura corresponderia *realmente* à concepção de história, pelo menos à época, dos fundadores do materialismo histórico. Embora supor uma *gradual e linear* complexificação da concepção do processo histórico de ambos já seja um, significativo, ponto de ultrapassagem em comparação a uma visão monolítica, como a de Castoriadis, parece demasiadamente simplista seguir um raciocínio como esse, por seu caráter não-dialético. Em outros termos: atribuir uma idéia de determinação econômica “ampliada”, para usar um adjetivo em voga hoje, enquanto “estágio final” da elaboração do materialismo histórico parece contraditório em relação a uma série de indícios presentes ao longo de toda a obra de Marx e Engels.

Uma visão diferente da questão é oferecida pelo próprio E. P. Thompson quando aponta uma *ruptura* entre as indicações de uma visão não reducionista da história contidas n’*A Ideologia Alemã* (1845-6) e o *Manifesto do Partido Comunista* (1848) e o período mais intenso de produção sobre economia política. O que possibilita pensar que, por exemplo, as anteriormente referidas cartas de Marx e Engels são, apenas, uma espécie de *retomada* tardia das suas próprias indicações da década de 40 do século XIX¹³. Contudo, pensar dessa forma abre a possibilidade de imaginar que uma visão *não mecanicista* da determinação econômica é algo *acessório* ao materialismo histórico e não, ao contrário, um aspecto *sistêmico fundante* de sua própria elaboração.

Mesmo sem advogar um improvável caráter “pronto e acabado” para o materialismo histórico desde sua primeira exposição mais sistemática em *A Ideologia Alemã* e uma suposta inalterabilidade desse estado até os derradeiros dias de Marx e Engels, é possível objetar essa idéia de “ruptura” proposta por E. P. Thompson. Em primeiro plano, com base não tanto em

menções explícitas acerca da determinação econômica, expressas nas chamadas “obras históricas” de Marx e Engels, mas principalmente pela própria *forma de abordagem* que estas têm do processo histórico¹⁴.

Em segundo lugar, mesmo textos do zenite do envolvimento marxiano com a economia política, já que foram preparatórios à redação do próprio *O Capital* (1867), também autorizam a pensar que a noção de determinação econômica “ampliada” é um aspecto *estrutural* do materialismo histórico: trata-se do texto *Formações Econômicas Pré-capitalistas (Formen)* a *Introdução* de 1857, partes dos *Grundrisse* (1857-8). Se entrevê nas *Formen* não só uma teoria da história *multilinear*, mas também a demonstração marxiana da *insuficiência* de considerar analiticamente as forças produtivas enquanto “chave explicativa” do processo histórico, em particular na elaboração acerca do *modo de produção asiático*. Na *Introdução à Crítica da Economia Política*, quando Marx refere-se a “produção” nunca é em termos estritos de “produção material”: toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo, no *interior* e por *meio* de uma determinada forma de *sociedade*. Além disso, é constante o recurso ao “fator histórico” para equacionar as interposições de sentido entre *distribuição e produção*¹⁵.

Além disso, se seria impropriedade, como bem advertem alguns comentadores, considerar *O Capital* um livro “de história” parece ainda mais desaconselhável dizer que esta obra prescinde da *historicidade* como pressuposto analítico ou representa um retrocesso, da visão marxiana, a uma concepção estreita de economia. Karel Kosik lembra acerca disso que para Marx, n’*O Capital*, a economia não é apenas produção de bens materiais: é a totalidade do processo de produção e reprodução do homem como ser humano-social. A economia é ao mesmo tempo, produção das relações sociais dentro das quais tal produção se realiza¹⁶. Do contrário, como seria possível a crítica do fetichismo da mercadoria, da transitoriedade histórica das relações capitalistas e das próprias categorias econômicas que descrevem este processo?

Nesse sentido, parece haver um *traço de continuidade* sobre a noção de determinação econômica “ampliada” entre as formulações iniciais e o período de “maturidade” de Marx e Engels, que atravessa inclusive a fase mais ostensivamente dedicada aos estudos de economia política. Dessa forma, o que se esboça aqui é a idéia que a determinação econômica “ampliada” não é algo que *se soma* ao materialismo histórico *a posteriori* da formulação marxiana, mas um elemento do seu *núcleo explicativo básico* expresso claramente desde *A Ideologia Alemã*.

Embora a idéia de “corte epistemológico” deva ser relativizada por uma compreensão

mais dialética do processo de formulação marxiana do materialismo histórico, como adverte Jacob Gorender na sua conhecida *Introdução*¹⁷, *A Ideologia Alemã* se constitui em um marco na formulação marxiana do materialismo histórico. É bem conhecida a idéia que é aí que Marx e Engels expressam sua superação dialética do idealismo de matriz hegeliana, entretanto, de um modo geral, é bem menor a ênfase que é igualmente n’*A Ideologia Alemã* que superam também uma certa concepção de *materialismo*. Um tipo de materialismo que não reconhece “a sensibilidade como prática humana e sensível” como apontam na quinta das *Teses sobre Feuerbach* (1845). Qual é, então, o tipo de relação estabelecida por ambos entre os “fenômenos do espírito” e a economia?

Para Marx e Engels, a produção das idéias, das representações e da consciência é a *linguagem da vida real*. Mas essa percepção é sempre equacionada pelo pressuposto de toda existência humana: os homens devem estar *vivos* para fazer a história. É a partir dele que Marx e Engels afirmam que indivíduos determinados com atividade produtiva segundo um modo determinado entram em relações sociais e políticas determinadas. Contudo, isso não parece de modo algum implicar uma *anterioridade* das “atividades produtivas” em relação às outras dimensões humanas¹⁸.

Os fundadores do materialismo histórico, em *A Ideologia Alemã*, são bastante explícitos na afirmação que não se deve confundir os aspectos da produção da existência com “estágios”, já que constituem-se “para empregar uma linguagem clara para os [filósofos idealistas] alemães, três ‘momentos’ que *coexistem* desde o começo da história” [Grifo nosso]¹⁹.

Em *A Ideologia Alemã* a noção de “determinação econômica” assume uma conotação muito mais ampla que boa parte de críticos ao marxismo costumam admitir. *Modo de produção* adquire um sentido não do *conjunto das atividades de produção material* em caráter estrito, mas sim o de um complexo *simultaneamente* integrado de práticas materiais e imateriais que conformam todo um *modo de vida* dos indivíduos em sociedade. Pode-se inferir daí que, para Marx e Engels, *determinação econômica* não se confundia com *causalidade* das atividades econômicas sobre todo e qualquer dos aspectos da vida social, sendo estes *efeitos-reflexos posteriores* das modificações na “esfera econômica”. De fato, a produção material é o *sine qua non* de qualquer sociedade, é fundamento de qualquer forma de existência humana, embora, *a priori*, não explique as formas específicas de existência. Há que se ressaltar que tais formas específicas, tampouco, são explicadas sem recorrer à produção material. Portanto, é também o

sine qua non analítico do materialismo histórico, já que este tenta apreender o *movimento real* da história, que por sua vez tem por fundamento a produção material da vida social. Determinação econômica pode ser pensada, então, não como “ação de um nível da realidade sobre outro”, mas em um sentido *ontológico* na sua acepção lukacsiana: *suposto intransponível* da sociabilidade humana e, por conseguinte, *suposto incontornável* da análise marxiana da história²⁰.

Não à toa, Marx e Engels afirmam que sua concepção de história:

[...]tem por base o desenvolvimento do processo real da produção, e isso partindo da produção material da vida imediata; ela concebe a forma dos intercâmbios humanos ligada a esse modo de produção e por ele engendrada, isto é, a sociedade civil em seus diferentes estágios como sendo o fundamento de toda a história, o que significa representá-la em sua ação enquanto Estado, bem como explicar por ela o conjunto das diversas produções teóricas e das formas da consciência, religião, filosofia, moral, etc., e a seguir sua gênese *a partir dessas produções*, o que permite então naturalmente representar a coisa na sua *totalidade* (e examinar também a *ação recíproca* de seus diferentes aspectos) [Grifos nossos]²¹.

A noção de determinação econômica não se confunde com *causa*: a “economia” é tida enquanto *condição geral* da vida social, cujos diversos aspectos específicos admitem múltiplas causas específicas. Do contrário, seria ilógica a alusão de Marx e Engels à reciprocidade, já que esta noção implica tomar analiticamente a correlação de efeitos entre “causas”, possivelmente desiguais ou não quanto ao alcance, que são logicamente distintas.

Além disso, na citação de *A Ideologia Alemã*, a referência que se deve pensar na “gênese [da produção material] a partir dessas produções [teóricas, das formas de consciência, religião, filosofia, moral etc.]” como procedimento analítico para atingir a *totalidade*, traz boas indicações de que Marx e Engels consideram a impossibilidade de entender aspectos concretos da vida social fora da sua *reciprocidade*. Destarte, as proposições de Josep Fontana acerca de uma história econômica “integral” – bem como as advertências de Edward P. Thompson que os historiadores devem ser cautelosos em separar aspectos “econômicos” das outras dimensões da vida social – têm uma base *endógena* à obra marxiana, pelo fato de que essa formulação sobre um *nexo relacional* recíproco e simultâneo entre os aspectos da totalidade social é básico e intrínseco ao materialismo histórico desde seu surgimento.

O que é salutar se continua válido para hoje a necessidade de uma historiografia econômica que pense muito mais em termos “do movimento simultâneo de um conjunto de

fatores” do que como uma “inclinação para ação resultante de qualidades inerentes da natureza ou hábito”²². Tal perspectiva teórico-metodológica, no presente, pode contribuir para o devido combate à idéia, de matriz liberal, de existência racionalidade econômica *pura e ahistórica*, ainda tão cara a certas análises sociais. Por outro lado, pode contribuir para a crítica de análises, que embora captem uma determinada dimensão de fenômenos que são *históricos*, não deixam de ter um certo acento *tautológico*: condições econômicas *x* produzem o efeito econômico *y*!

Entretanto, afirmar a existência de uma concepção marxiana de determinação econômica “ampliada” não implica, em primeiro lugar, ignorar que essa nem sempre aparece de maneira bem definida, como no exemplo mais célebre, embora não único, do *Prefácio* de 1859. O que se buscou foi apontar que este exemplo pode (e deve) ser relativizado em relação ao conjunto da obra marxiana, o que aqui só foi feito de maneira muito limitada, e que por sua vez esse exercício de relativização indica uma persistência *estrutural* de uma visão muito mais complexa da relação *economia/conjunto da vida social* e, portanto, *determinação econômica/processo histórico*.

Em segundo lugar, a afirmação que, numa perspectiva marxiana, um “nível econômico” não é “a” causa dos fenômenos sociais, nem a “economia” se explica *per si*, não destitui sua análise de interesse para historiadores referenciados no materialismo histórico. Pelo contrário, entender, em especial nos seus aspectos *mais diretos*, como uma sociedade historicamente concreta está (ou esteve) organizada para viabilizar materialmente a reprodução de sua existência, é condição de possibilidade para explicação *totalizante* dessa mesma sociedade determinada. É ilustrativo que Engels em 1895, na sua *Introdução a As Lutas de Classes na França de 1848 a 1850*, aponte que a maior dificuldade metodológica de Marx para produzir esta obra, nos marcos de sua própria concepção de história, foi a impossibilidade de ter “em mãos” uma história econômica do período analisado. Embora Marx tenha, de certa forma, superado essa dificuldade, segundo Engels “[...] o desapareço pelas modificações que se operam ao mesmo tempo na situação econômica, isto é, pela própria base de todos os acontecimentos que se examinam, só pode ser uma fonte de erro”²³.

NOTAS

¹ As reflexões aqui contidas, resultado parcial de um programa de auto-esclarecimento sobre a obra marxiana, são tributárias das discussões realizadas no Grupo de Estudos Marxistas (GEMARX) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), durante 2005 e 2006.

² FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. “História Econômica”. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 27-43.

³ Cf. www.anpuh.org.

⁴ FRAGOSO, J. e FLORENTINO, M. op. cit.

⁵ FONTANA, Josep. “A história econômica e social”. In: _____. *A história dos homens*. Bauru: Edusc, 2004, p. 261-308.

⁶ Cf. BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 121.

⁷ CASTORIADIS, Cornelius. *A criação histórica: o projeto de autonomia*. Porto Alegre: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/Palmarinca, 1991, p. 22.

⁸ MARX, K. “Prefácio à ‘Contribuição à crítica da economia política’”. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Textos* – Vol. 3. São Paulo: Edições Sociais, sd., p. 300-303.

⁹ LENIN, Vladimir. U. “As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo”. In: _____. *Karl Marx; Friedrich Engels; As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo; Carta a um camarada*. São Paulo: Expressão Popular, 2006, p. 21-22.

¹⁰ Cf. LEONZO, Nanci. “Engels e historiografia contemporânea”. In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). *Marx e Engels na história*. São Paulo: Xamã, 1996, p. 51-56.

¹¹ THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Antonio L. NEGRO e Sergio SILVA (Orgs.). 3ª ed. revista e ampliada. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1998, p. 92-94.

¹² Cf. respectivamente BOITO JR., Armando. “O lugar da política na teoria marxista da história”. In: *Crítica Marxista*, nº19. São Paulo: Revan, 2004, p. 62-81; e FERREIRA JR., Amarílio. “Engels e a historiografia marxista”. In: COGGIOLA, op. cit., p. 57-62.

¹³ Cf. FERREIRA JR., A. op. cit.

¹⁴ Ainda que, essas formas de abordagem, tragam indicações distintas do Prefácio de 1859 é necessário considerar também que ficam aquém das próprias exigências teórico-metodológicas de rigor empírico propostas em *A ideologia alemã*. Cf, por exemplo, a consideração de FONTANA, J. “Marx e o ‘materialismo histórico’”. In: _____. op. cit., p. 199-219. Para um balanço sobre Engels Cf. FLORENZANO, Modesto. “Engels historiador”. In: COGGIOLA, O. op. cit., p. 13-25.

¹⁵ Cf. VANZULLI, Marco. “Sobre a teoria marxiana da história nas ‘Formações econômicas pré-capitalistas’”. In: *Crítica Marxista*, nº 22. São Paulo: Revan, 2006, p. 97-108; e MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. 5ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

¹⁶ KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 191.

¹⁷ GORENDER, Jacob. “Introdução – O nascimento do materialismo histórico”. In: MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

¹⁸ MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1989, p. 19-20.

¹⁹ *Ibid.*, p. 25.

²⁰ Cf. LUKÁCS, G. “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem”. In: *Temas de Ciências Humanas*, Vol. 4. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

²¹ MARX e ENGELS, *A ideologia alemã*, p. 35.

²² Respectivamente *Trends e Tendecies*. Cf. CARRARA, Ângelo Alves. “Um estatuto para a história econômica”. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et al. *História quantitativa e serial no Brasil: um balanço*. Goiânia: ANPUH-MG, 2001, p. 227-235.

²³ ENGELS, F. “Introdução”. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Textos*, p. 93-110.